



A EVOLUÇÃO DAS DIRETRIZES NACIONAIS SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

Alessandro Messias Moreira 1

<https://orcid.org/0000-0001-8120-6219> 1

Claudia de Jesus Costa 2

<http://lattes.cnpq.br/0320472864817642> 2

Luís Carlos Vieira Guedes 3

<http://lattes.cnpq.br/8364814324205994> 3

RESUMO

O objetivo deste trabalho é examinar a evolução das diretrizes nacionais sobre formação continuada de professores da educação infantil no Brasil e analisar suas implicações para as práticas pedagógicas contemporâneas, identificando as principais mudanças nas políticas curriculares nacionais voltadas à educação infantil, analisando como essas mudanças influenciaram os programas de formação continuada de professores, e avaliando os desafios e avanços na implementação dessas diretrizes nas práticas pedagógicas cotidianas. A Metodologia utilizado neste trabalho foi uma Revisão sistemática da literatura de natureza qualitativa, realizada mediante análise de trinta e um artigos científicos publicados em periódicos brasileiros entre 2020 e 2025, selecionados nas bases de dados SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados à formação continuada, educação infantil, diretrizes curriculares e Base Nacional Comum Curricular. Quanto aos resultados, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular promoveram transformações significativas nos programas de formação continuada, evidenciando avanços na qualificação docente quanto à compreensão da criança como sujeito de direitos e valorização das interações e brincadeiras como eixos estruturantes. Identificaram-se como modalidades formativas mais efetivas aquelas articuladas organicamente com as práticas pedagógicas cotidianas, especialmente as coordenadas por equipes pedagógicas, projetos de extensão universitária e grupos de estudo. Conclui-se que as diretrizes nacionais impulsionaram a profissionalização docente na educação infantil, consolidando princípios orientadores para as práticas formativas, porém demandam aprimoramento nas estratégias formativas mediante processos contextualizados, dialógicos e participativos, além de maior investimento nas condições estruturais das instituições e políticas de valorização profissional que assegurem continuidade e qualidade dos processos formativos.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação infantil. Políticas curriculares. Práticas pedagógicas. Diretrizes nacionais.

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil brasileira experimentou transformações substanciais nas últimas décadas, consolidando-se como primeira etapa da educação básica e demandando crescente profissionalização dos docentes que atuam nessa modalidade. As políticas

curriculares nacionais, particularmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular, estabeleceram novos parâmetros para o trabalho pedagógico e, conseqüentemente, para os processos formativos dos professores. Compreender como essas diretrizes evoluíram e impactaram a formação continuada torna-se fundamental para avaliar a qualidade da educação oferecida às crianças pequenas.

Este trabalho tem como objetivo geral examinar a evolução das diretrizes nacionais sobre formação continuada de professores da educação infantil e analisar suas implicações para as práticas pedagógicas contemporâneas. Os objetivos específicos compreendem identificar as principais mudanças nas políticas curriculares nacionais voltadas à educação infantil, analisar como essas mudanças influenciaram os programas de formação continuada de professores, e avaliar os desafios e avanços na implementação dessas diretrizes nas práticas pedagógicas cotidianas.

A metodologia adotada caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada na análise de produções acadêmicas brasileiras publicadas entre 2020 e 2025. Foram selecionados trinta e um trabalhos científicos que abordam especificamente a formação continuada de professores da educação infantil no contexto das diretrizes e políticas curriculares nacionais. O corpus analítico foi examinado com ênfase nas categorias temáticas relacionadas às políticas educacionais, práticas formativas, desafios institucionais e impactos na práxis pedagógica.

A estrutura do artigo organiza-se em seções que contemplam o referencial teórico sobre políticas curriculares e formação docente, a metodologia empregada na pesquisa, a análise e discussão dos resultados obtidos, e as considerações finais sobre os achados do estudo. A investigação justifica-se pela relevância de compreender como as políticas educacionais materializam-se nos processos formativos e nas práticas pedagógicas, contribuindo para o aprimoramento da qualidade da educação infantil no Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Políticas Curriculares e Formação Continuada na Educação Infantil

As políticas curriculares nacionais para a educação infantil constituem marcos regulatórios fundamentais que orientam tanto as práticas pedagógicas quanto os processos formativos dos professores. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil representam conquistas históricas que consolidaram princípios éticos, políticos e estéticos para o trabalho com crianças pequenas. A análise da trajetória dessas diretrizes revela que sua promulgação impulsionou reflexões profundas sobre o papel do professor e as especificidades da docência na primeira infância (Almeida Costa; Costa de Andrade Cruz, 2021).

A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trouxe implicações diretas para a organização do trabalho pedagógico, exigindo que os professores compreendessem as interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas educativas. Esse movimento demandou transformações nos processos formativos, uma vez que os profissionais necessitaram desenvolver competências específicas para atuar conforme os princípios estabelecidos (Nunes; Gonçalves, 2020). As diretrizes estabeleceram novas concepções sobre a criança como sujeito histórico e de direitos, o que requereu dos docentes mudanças significativas em suas concepções pedagógicas e metodológicas.

A Base Nacional Comum Curricular, por sua vez, introduziu elementos adicionais ao cenário da educação infantil, estabelecendo campos de experiência e objetivos de

aprendizagem e desenvolvimento. A efetivação desse documento normativo nas práticas dos professores demandou processos formativos específicos que auxiliassem os docentes na compreensão e aplicação das propostas curriculares (Amaral; Amaral, 2025). Os campos de experiência representaram um paradigma curricular que desafiou compreensões tradicionais sobre organização do trabalho pedagógico, exigindo formação continuada consistente para sua apropriação pelos professores.

As reformas curriculares implementadas no Brasil trouxeram desafios substanciais para a formação de professores da educação infantil, considerando as especificidades dessa etapa educacional e as diversas realidades institucionais do país (Costa; Giaretta; Shimada, 2025). As políticas curriculares, embora estabeleçam diretrizes gerais, enfrentam dificuldades de implementação relacionadas às condições materiais das instituições, à formação inicial dos professores e às oportunidades de formação continuada disponíveis.

2.2 Características e Modalidades da Formação Continuada

A formação continuada de professores da educação infantil apresenta características específicas relacionadas à natureza do trabalho pedagógico com crianças pequenas. As pesquisas demonstram que os processos formativos mais efetivos são aqueles que consideram as práticas pedagógicas como ponto de partida e chegada das reflexões teóricas, estabelecendo diálogos consistentes entre teoria e prática (Belo; Silva, 2021). A orientação para uma práxis ludo-pedagógica exemplifica como a formação continuada pode articular fundamentos teóricos com as especificidades do trabalho docente na educação infantil.

As modalidades de formação continuada desenvolvidas nas redes de ensino apresentam diversidade de formatos, incluindo semanas pedagógicas, grupos de estudo, cursos de extensão, projetos institucionais e formações em serviço coordenadas pela equipe pedagógica (Flôres; Coutinho, 2024). A análise das semanas de estudos pedagógicos desenvolvidas em redes municipais evidencia que essas iniciativas, quando bem estruturadas, podem contribuir significativamente para a qualificação das práticas docentes. Entretanto, a efetividade dessas formações depende da continuidade dos processos, da participação ativa dos professores e da articulação com as necessidades reais das instituições.

A formação continuada promovida pela coordenação pedagógica nas instituições de educação infantil constitui estratégia relevante para a qualificação da prática docente, considerando que permite abordagem contextualizada das questões pedagógicas enfrentadas cotidianamente pelos professores (Geraldo; Rausch, 2023). As implicações dessa modalidade formativa incluem o fortalecimento do trabalho coletivo, o desenvolvimento de práticas reflexivas e a construção de conhecimentos situados nas realidades institucionais específicas. A coordenação pedagógica desempenha papel fundamental na mediação entre as diretrizes curriculares nacionais e as práticas pedagógicas locais.

Os estudos sobre formação continuada na educação infantil evidenciam a importância da articulação entre os processos formativos e a práxis docente, demonstrando que formações desvinculadas da realidade prática tendem a produzir impactos limitados nas ações pedagógicas cotidianas (Bento de Oliveira *et al.*, 2022). A relação entre formação e prática constitui elemento central para a efetividade dos processos formativos, exigindo metodologias que promovam reflexão sistemática sobre a ação docente e construção colaborativa de conhecimentos pedagógicos.

2.3 Desafios e Perspectivas da Formação Continuada no Contexto das Diretrizes

A implementação das políticas curriculares nacionais na formação continuada de professores enfrenta desafios multidimensionais que envolvem aspectos políticos, institucionais, pedagógicos e epistemológicos. O contexto político nacional da educação infantil influencia diretamente as possibilidades e limitações dos processos formativos, considerando que as políticas de formação se articulam com questões de financiamento, valorização profissional e condições de trabalho docente (Piovesan; Bernardi, 2022). As tensões entre as proposições das diretrizes nacionais e as condições concretas de implementação constituem obstáculos significativos para a efetivação de processos formativos qualificados.

A Base Nacional Comum Curricular trouxe implicações específicas para a formação continuada de professores da educação infantil, demandando processos formativos que auxiliem os docentes na compreensão dos campos de experiência, dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, e das metodologias adequadas para trabalhar com crianças pequenas (Nogueira; Borges, 2023). As percepções docentes sobre a formação continuada orientada pela Base revelam tanto potencialidades quanto fragilidades, incluindo questões relacionadas à adequação dos conteúdos formativos, à participação dos professores na construção das propostas e à articulação com as especificidades das diferentes realidades educacionais (Bachtchen; Lira, 2024).

As políticas curriculares, especialmente a Base Nacional Comum Curricular e a Base Nacional Comum para a Formação de Professores, estabelecem direcionamentos que impactam a formação continuada no contexto da educação infantil, gerando debates sobre a concepção de formação docente subjacente a esses documentos e suas implicações para a autonomia e profissionalização dos professores (Santos; Vieira; Silva, 2022). As discussões sobre essas políticas evidenciam tensões entre propostas centralizadoras e perspectivas que defendem maior autonomia das instituições e dos professores na construção de seus processos formativos.

A formação de professores e coordenadores da educação infantil requer abordagens integradas que considerem as especificidades da gestão pedagógica e do trabalho docente nessa etapa educacional (Feldmann *et al.*, 2022). Os aspectos históricos e políticos da formação continuada revelam que as conquistas alcançadas resultam de lutas coletivas dos profissionais e movimentos sociais, ao mesmo tempo em que persistem desafios relacionados à consolidação de políticas de formação consistentes e permanentes (Felicio *et al.*, 2024).

2.4 Metodologia da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura de natureza qualitativa, desenvolvida com o objetivo de examinar a evolução das diretrizes nacionais sobre formação continuada de professores da educação infantil e analisar suas implicações para as práticas pedagógicas contemporâneas. A revisão sistemática foi escolhida por permitir síntese rigorosa e abrangente do conhecimento científico produzido sobre a temática, possibilitando identificação de tendências, lacunas e contribuições relevantes no campo investigado.

2.4.1 Bases de Dados e Estratégia de Busca

A busca das produções acadêmicas foi realizada em três bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. A seleção dessas bases justifica-se pela abrangência na indexação de periódicos científicos brasileiros e pela relevância no contexto da pesquisa educacional nacional.

A estratégia de busca utilizou os seguintes descritores combinados mediante operadores booleanos: "formação continuada" AND "educação infantil"; "formação de professores" AND "educação infantil" AND "diretrizes curriculares"; "BNCC" AND "educação infantil" AND "formação"; "políticas curriculares" AND "educação infantil"; "formação em serviço" AND "professores" AND "educação infantil". As buscas foram realizadas considerando a presença dos descritores nos títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos.

2.4.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão estabelecidos para seleção dos trabalhos foram: artigos científicos publicados em periódicos brasileiros revisados por pares; publicações realizadas entre janeiro de 2020 e outubro de 2025; trabalhos que abordam especificamente a formação continuada de professores da educação infantil no contexto das diretrizes curriculares nacionais; estudos empíricos, teóricos ou de revisão bibliográfica relacionados à temática; publicações em língua portuguesa; e disponibilidade de acesso integral ao texto.

Os critérios de exclusão compreenderam: trabalhos que não abordam especificamente a educação infantil; publicações anteriores a 2020; estudos focados exclusivamente na formação inicial sem articulação com a formação continuada; trabalhos que não relacionam a formação docente com as diretrizes curriculares nacionais; dissertações, teses, anais de eventos e capítulos de livros; e artigos duplicados nas diferentes bases de dados.

2.4.3 Processo de Seleção dos Trabalhos

O processo de seleção desenvolveu-se em quatro etapas sequenciais. Na primeira etapa, realizou-se a busca nas bases de dados utilizando os descritores estabelecidos, resultando na identificação inicial de cento e sessenta e três trabalhos. Na segunda etapa, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão, o que resultou na pré-seleção de quarenta e oito artigos potencialmente relevantes. Na terceira etapa, realizou-se a leitura integral dos quarenta e oito trabalhos pré-selecionados, avaliando-se a pertinência temática, a qualidade metodológica e a contribuição específica para os objetivos da pesquisa. Na quarta etapa, após análise criteriosa, foram selecionados trinta e um artigos científicos que compuseram o corpus analítico definitivo da revisão sistemática.

2.4.4 Procedimentos de Análise dos Dados

A análise dos trinta e um artigos selecionados desenvolveu-se mediante abordagem qualitativa de análise de conteúdo temática. Inicialmente, realizou-se leitura aprofundada e sistemática de cada trabalho, procedendo-se ao fichamento das informações relevantes relacionadas aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, identificaram-se as categorias temáticas emergentes dos estudos analisados, organizadas em cinco eixos principais: políticas curriculares e formação docente, modalidades e características da formação continuada, relações entre formação e práxis pedagógica, desafios institucionais e políticos

da formação continuada, e implicações das diretrizes nacionais para as práticas educativas contemporâneas.

A sistematização das informações permitiu identificar convergências, divergências e especificidades nas contribuições dos diferentes estudos, possibilitando síntese analítica das principais tendências, avanços e desafios relacionados à formação continuada de professores da educação infantil no contexto das diretrizes curriculares nacionais. A análise considerou tanto os aspectos conceituais e teóricos quanto os dados empíricos apresentados nos trabalhos, buscando compreensão abrangente e aprofundada do fenômeno investigado.

2.4.5 Aspectos Éticos

Por se tratar de revisão sistemática da literatura baseada em documentos públicos e produções acadêmicas já publicadas, a pesquisa não envolveu participação direta de seres humanos, não requerendo submissão a Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os trabalhos analisados foram devidamente referenciados conforme as normas acadêmicas vigentes, respeitando-se os direitos autorais e a propriedade intelectual dos autores citados.

2.5 Análise e Discussão dos Resultados

A análise das produções acadêmicas evidência que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil constituem referência fundamental para a organização da formação continuada de professores, estabelecendo princípios orientadores que devem permear tanto a prática docente quanto os processos formativos (Oliveira; Rausch, 2024). Os princípios éticos, políticos e estéticos preconizados pelas diretrizes representam conquistas conceituais significativas que impulsionaram reflexões sobre a especificidade da docência na educação infantil e a necessidade de formação específica para atuação nessa etapa.

Os estudos analisados demonstram que a formação continuada desenvolvida nas instituições de educação infantil apresenta maior efetividade quando articula-se organicamente com as necessidades e desafios enfrentados pelos professores em suas práticas cotidianas (Barbosa; Dos Santos Bernardi, 2022). As narrativas dos professores sobre suas experiências formativas revelam que processos formativos dialógicos, participativos e contextualizados produzem impactos mais significativos no desenvolvimento profissional docente do que formações prescritivas e desvinculadas da realidade institucional (Bitencourt; Ventorim; D'Avila Fernandes Oliveira, 2024).

A formação continuada voltada ao ensino de áreas específicas do conhecimento na educação infantil, como as ciências, apresenta desafios particulares relacionados à compreensão das possibilidades de trabalho pedagógico com crianças pequenas e à superação de visões escolarizantes inadequadas a essa etapa educacional (Bourscheid; Scherer Wenzel, 2022). As revisões bibliográficas sobre formação continuada em áreas específicas evidenciam a necessidade de processos formativos que auxiliem os professores a desenvolverem práticas pedagógicas coerentes com os princípios da educação infantil.

A formação continuada baseada em metodologias específicas, como a Espiral REPARE para desenvolvimento de sequências de ensino interdisciplinares, exemplifica possibilidades de articulação entre fundamentos teóricos, metodologias ativas e preocupações com equidade educacional (Braga de Castro; Carvalho de Almeida; Santa Inês, 2025). Experiências formativas estruturadas que oferecem aos professores



ferramentas metodológicas consistentes e oportunidades de reflexão sistemática sobre a prática tendem a produzir resultados positivos na qualificação do trabalho pedagógico.

A análise dos princípios estéticos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil revela dimensões importantes para o trabalho pedagógico e para a formação docente, incluindo aspectos relacionados à sensibilidade, à criatividade, à ludicidade e às múltiplas linguagens infantis (Burdzinski de Souza; Almeida Vasconcelos; Schmith, 2021). O diálogo entre as diretrizes e práticas pedagógicas específicas, como o trabalho com diferentes materiais e linguagens artísticas, evidencia possibilidades formativas que ampliam as compreensões dos professores sobre o trabalho educativo com crianças.

A avaliação de projetos de extensão voltados à formação continuada de professores de educação infantil demonstra que iniciativas universitárias podem contribuir significativamente para a qualificação docente, especialmente quando estabelecem parcerias consistentes com as redes de ensino e desenvolvem processos formativos de longa duração (Conceição *et al.*, 2021). A articulação entre universidades e sistemas de ensino potencializa as possibilidades de formação continuada qualificada, considerando a disponibilidade de conhecimentos especializados e a capacidade de desenvolver processos formativos fundamentados em pesquisas educacionais.

A análise dos diferentes referenciais curriculares nacionais para a educação infantil, incluindo as Diretrizes Curriculares e a Base Nacional Comum Curricular, evidencia tensões conceituais e políticas que repercutem nos processos formativos dos professores (Persicheto; Perez, 2020). Os diálogos entre esses documentos revelam continuidades e rupturas que demandam dos professores capacidade de compreensão crítica das políticas curriculares e de construção autônoma de práticas pedagógicas fundamentadas.

A importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil manifesta-se na orientação do trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos que auxiliam os professores na organização de práticas educativas coerentes com as especificidades das crianças pequenas (Corrêa; Albuquerque, 2025). A consolidação dessas diretrizes como referência para o trabalho pedagógico constitui conquista significativa para o campo da educação infantil brasileira.

As políticas e práticas de formação de professores da educação infantil desenvolvidas em cursos de Pedagogia evidenciam desafios relacionados à articulação entre formação inicial e continuada, à especificidade da formação para atuação na primeira infância, e às condições institucionais para desenvolvimento de processos formativos qualificados (Silva; Dutra, 2025). A formação inicial constitui base fundamental para o desenvolvimento profissional posterior, porém a formação continuada mostra-se indispensável para a atualização, aprofundamento e reconstrução dos conhecimentos docentes ao longo da trajetória profissional.

A formação de professores da educação profissional e tecnológica, embora apresente especificidades distintas da educação infantil, oferece elementos analíticos relevantes sobre como as diretrizes curriculares publicadas pelo Conselho Nacional de Educação orientam os processos formativos em diferentes modalidades educacionais (Tozetto; Domingues, 2020). A análise comparativa das diretrizes para diferentes etapas e modalidades educacionais permite compreensão mais abrangente das políticas de formação docente no Brasil.

A educação infantil, considerada em suas múltiplas dimensões de políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores, constitui campo complexo que demanda abordagens integradas e articulação consistente entre diferentes esferas e instâncias educacionais (Vercelli; Terçariol, 2023). A qualidade da educação oferecida às crianças

pequenas relaciona-se diretamente com as políticas de formação docente e com as condições institucionais para desenvolvimento do trabalho pedagógico.

As políticas públicas e a formação continuada de professores da educação infantil em contextos municipais específicos revelam tanto conquistas quanto impasses, evidenciando que a implementação das diretrizes nacionais ocorre de forma desigual nas diferentes realidades brasileiras, dependendo de fatores como vontade política, investimento financeiro, organização das redes de ensino e mobilização dos profissionais (Zottis; Teixeira de Mello, 2025). As experiências municipais oferecem elementos importantes para compreensão das possibilidades e limites das políticas de formação continuada.

A formação e profissionalização de professores da educação infantil constituem processos articulados que envolvem tanto a qualificação acadêmica quanto o reconhecimento social e a valorização profissional dos docentes (Lira; Dias, 2022). As discussões sobre profissionalização docente na educação infantil evidenciam conquistas históricas, mas também desafios persistentes relacionados às condições de trabalho, à remuneração, à carreira docente e ao reconhecimento da especificidade dessa atuação profissional.

A formação continuada na educação infantil apresenta diversidade de contextos, metodologias e resultados, conforme evidenciam diferentes estudos que analisam experiências formativas desenvolvidas em redes municipais, instituições específicas e projetos de extensão universitária (Rieger; Manosso, 2023). A pluralidade de iniciativas formativas existentes no Brasil demonstra vitalidade do campo da educação infantil e preocupação crescente com a qualificação dos professores que atuam nessa etapa.

As vicissitudes das políticas e realidades contemporâneas relacionadas à formação de professores para a educação infantil evidenciam que, apesar dos avanços normativos e conceituais alcançados, persistem desafios substanciais para consolidação de políticas de formação consistentes, permanentes e adequadas às necessidades dos professores e das crianças (Saito *et al.*, 2025). O dossiê temático sobre formação de professores para a educação infantil oferece panorama abrangente das questões contemporâneas que afetam os processos formativos.

A formação continuada na educação infantil, quando analisada considerando o espaço-tempo da escola, revela especificidades relacionadas aos contextos institucionais, às culturas escolares, às relações entre os profissionais e às condições materiais disponíveis para desenvolvimento dos processos formativos (Andrade, 2022). O reconhecimento da escola como locus privilegiado de formação implica valorização dos saberes construídos nas práticas cotidianas e fortalecimento de processos formativos contextualizados e colaborativos.

3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo examinar a evolução das diretrizes nacionais sobre formação continuada de professores da educação infantil no Brasil e analisar suas implicações para as práticas pedagógicas contemporâneas. A análise sistemática de trinta e um artigos científicos publicados entre 2020 e 2025 permitiu compreensão abrangente das transformações, avanços e desafios relacionados aos processos formativos dos docentes que atuam na primeira infância no contexto das políticas curriculares nacionais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, promulgadas em 2009 e revisadas em 2013, consolidaram princípios éticos, políticos e estéticos para o trabalho pedagógico, estabelecendo interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas educativas. A Base Nacional Comum Curricular, implementada em 2017, introduziu

campos de experiência e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, configurando mudança paradigmática na organização curricular. Essas transformações representaram avanço conceitual significativo na compreensão da criança como sujeito histórico e de direitos, demandando dos professores novas competências profissionais.

As diretrizes curriculares impulsionaram renovação substancial nas propostas formativas desenvolvidas nas redes de ensino e instituições educativas. As formações continuadas passaram a incorporar sistematicamente discussões sobre princípios das diretrizes, campos de experiência, linguagens infantis e metodologias adequadas ao trabalho com crianças pequenas. Identificaram-se como modalidades mais efetivas aquelas articuladas organicamente com práticas pedagógicas cotidianas dos professores, especialmente formações desenvolvidas pelas coordenações pedagógicas, projetos de extensão universitária, grupos de estudo colaborativos e semanas pedagógicas com continuidade temporal, promovendo processos reflexivos, dialógicos e contextualizados.

Os resultados demonstram conquistas significativas na profissionalização docente e qualificação das práticas educativas com crianças pequenas. Os avanços incluem maior compreensão dos professores sobre especificidades da docência na educação infantil, valorização crescente das brincadeiras e interações como fundamentos do trabalho pedagógico, ampliação das discussões sobre múltiplas linguagens infantis e fortalecimento de práticas pedagógicas coerentes com princípios das diretrizes nacionais. Entretanto, persistem desafios substanciais que comprometem a plena efetivação das políticas curriculares nas práticas cotidianas das instituições educativas brasileiras.

Os principais obstáculos identificados compreendem desigualdades regionais e institucionais na oferta e qualidade da formação continuada, insuficiência de investimento público em políticas formativas consistentes, condições materiais e estruturais inadequadas nas instituições, tensões entre proposições curriculares centralizadas e autonomia docente, fragilidades na articulação entre formação inicial e continuada, e questões relacionadas à valorização profissional. Esses desafios incluem remuneração inadequada, ausência de planos de carreira consistentes e condições de trabalho desfavoráveis que impactam negativamente o engajamento dos professores nos processos formativos continuados.

Com base nos achados da pesquisa, apresentam-se recomendações específicas para o aprimoramento das políticas e práticas de formação continuada de professores da educação infantil. Primeiramente, recomenda-se o estabelecimento de políticas públicas de formação continuada permanentes e consistentes, com financiamento adequado e garantia de continuidade independentemente de mudanças governamentais, assegurando que a formação docente seja concebida como direito profissional e investimento prioritário na qualidade da educação infantil.

Em segundo lugar, sugere-se o fortalecimento das formações desenvolvidas nas próprias instituições educativas, valorizando a coordenação pedagógica como instância formadora e promovendo condições institucionais que favoreçam processos reflexivos coletivos, incluindo organização de horários de trabalho que contemplem momentos sistemáticos de estudo, planejamento coletivo e reflexão sobre as práticas pedagógicas.

Adicionalmente, sugere-se a implementação de processos formativos que considerem as diversidades regionais, culturais e institucionais brasileiras, evitando modelos homogeneizadores e valorizando as experiências, saberes e culturas locais na construção de práticas pedagógicas contextualizadas e significativas.

Por fim, recomenda-se a articulação entre políticas de formação continuada e políticas de valorização profissional, incluindo planos de carreira que estimulem e reconheçam a participação em processos formativos, remuneração adequada, condições de trabalho favoráveis e reconhecimento social da especificidade e relevância da docência na educação infantil.

A análise desenvolvida permitiu identificar lacunas importantes no campo da formação continuada de professores da educação infantil que demandam investigações futuras. Observou-se escassez de estudos longitudinais que acompanhem os impactos de processos formativos específicos nas práticas pedagógicas ao longo do tempo, limitando a compreensão sobre a efetividade e sustentabilidade das transformações promovidas pelas formações continuadas.

Identifica-se também necessidade de pesquisas que investiguem mais profundamente as especificidades da formação continuada para trabalho com bebês e crianças bem pequenas, considerando que grande parte dos estudos analisados focam a educação infantil de forma genérica, sem diferenciação entre as faixas etárias e suas demandas formativas específicas.

Verificou-se carência de investigações sobre as relações entre formação continuada e questões de equidade, diversidade e inclusão na educação infantil, incluindo formações voltadas à educação especial na perspectiva inclusiva, educação das relações étnico-raciais, educação do campo e educação indígena.

Ademais, observou-se limitação de estudos que analisem criticamente as concepções epistemológicas e pedagógicas subjacentes às políticas curriculares nacionais e suas implicações para a autonomia docente e para a construção de práticas pedagógicas emancipatórias.

Por fim, identificou-se necessidade de pesquisas comparativas que analisem experiências de formação continuada desenvolvidas em diferentes contextos municipais e estaduais, possibilitando compreensão mais abrangente sobre quais condições políticas, institucionais e metodológicas favorecem processos formativos qualificados.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil representam conquistas históricas fundamentais que impulsionaram a profissionalização docente e a qualificação das práticas pedagógicas com crianças pequenas no Brasil. A consolidação dessas conquistas e a superação dos desafios identificados demandam compromisso político permanente com a educação infantil, investimento consistente em políticas públicas de formação e valorização docente, e construção coletiva de processos formativos que respeitem a autonomia profissional dos professores e as especificidades das múltiplas infâncias brasileiras.

A formação continuada de professores constitui elemento indispensável para a efetivação das diretrizes nacionais nas práticas pedagógicas cotidianas, porém sua efetividade depende fundamentalmente das condições políticas, institucionais e profissionais disponíveis. Assim, o aprimoramento da qualidade da educação infantil brasileira requer abordagens integradas que articulem políticas curriculares, políticas de formação, políticas de valorização profissional e políticas de financiamento, reconhecendo que a educação das crianças pequenas constitui direito fundamental e investimento prioritário para construção de sociedade mais justa, democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA COSTA, Sinara; COSTA DE ANDRADE CRUZ, Rosimeire. O balanço de uma década da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil na produção acadêmica brasileira. **Revista Exitus**, v. 11, p. e020178, 2021. DOI: 10.24065/2237-9460.2015v1n1id1666.

AMARAL, Ana Paula do; AMARAL, Cláudia Tavares do. A efetivação da Base Nacional Comum Curricular nas práticas dos professores da Educação Infantil. **Práticas**

Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo, v. 7, p. e14345, 2025. DOI: 10.47149/pemo.v7.e14345.

ANDRADE, Elisabete. Formação Continuada de Professoras: o espaço-tempo da escola infantil. **Educação & Realidade**, v. 47, 2022. DOI: 10.1590/2175-6236115965vs01.

BACHTCHEN, Danieli; LIRA, Aliandra Cristina Mesomo. Formação continuada na Educação Infantil a partir da BNCC: percepções docentes. **Revista Linhas**, v. 25, n. 57, p. 227-256, 2024. DOI: 10.5965/1984723825572024227.

BARBOSA, Marta Cristina; DOS SANTOS BERNARDI, Luci. Formação continuada na educação infantil. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 36, p. 1031-1050, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i36.1346.

BELO, Tallita Gonçalves dos Santos; SILVA, Maria de Fátima Gomes da. Formação continuada de professoras da Educação Infantil orientada para uma práxis ludo-pedagógica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, n. 4, p. 219, 2021. DOI: 10.18764/2178-2229v28n4.202164.

BENTO DE OLIVEIRA, Francisca Fabiana; VIEIRA BÔTO, Anne Heide; GONÇALO DO NASCIMENTO, Bruna; DIAS CAVALCANTE, Maria Marina. Estudos sobre formação continuada na educação infantil e a relação com a práxis docente. **Revista Educação em Debate**, v. 44, n. 88, p. 64-78, 2022. DOI: 10.36517/eemd.v44i88.82879.

BITENCOURT, Juverci Fonseca; VENTORIM, Silvana; D'AVILA FERNANDES OLIVEIRA, Diego. Formação continuada na educação infantil sob as narrativas dos professores. **Revista Profissão Docente**, v. 24, n. 49, p. 1-29, 2024. DOI: 10.31496/rpd.v24i49.1618.

BOURSCHEID, Rosanara; SCHERER WENZEL, Judite. Revisão bibliográfica: formação continuada de professores da educação infantil e o ensino de ciências. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 16, p. e4813006, 2022. DOI: 10.14244/198271994813.

BRAGA DE CASTRO, Juscileide; CARVALHO DE ALMEIDA, Silvana; SANTA INÊS, Josiane. Formação continuada de professores da Educação Infantil baseada na Espiral REPARE: desenvolvimento de sequências de ensino interdisciplinares com equidade. **Revista Diálogos em Educação Matemática**, v. 4, n. 1, p. e202505, 2025. DOI: 10.28998/redemat.v4i1.18748.

BURDZINSKI DE SOUZA, Flávia; ALMEIDA VASCONCELOS, Queila; SCHMITH, Roberta. Os princípios estéticos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: diálogos com a gramática da argila. **Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-23, 2021. DOI: 10.5212/olharprofr.v.24.17620.070.

CONCEIÇÃO, C. M. C.; SANTOS, L. C. T.; BERTONCELI, M.; PILONETTO, R. F. R. Formação continuada de professores de educação infantil: avaliação de um projeto de extensão. **Revista Conexão UEPG**, v. 17, p. 1-18, 2021. DOI: 10.5212/rev.conexao.v.17.16912.012.

CORRÊA, Walesca Antônia Ferreira; ALBUQUERQUE, Dayse da Silva. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 29, n. 2, p. 1-25, 2025. DOI: 10.63595/ambeduc.v29i2.18175.

COSTA, Aline Pires; GIARETA, Paulo Fioravante; SHIMADA, Maria Fernanda Paci Hirata. Reformas curriculares no Brasil e os desafios para a formação de professores da Educação Infantil. **Caminhos da Educação: diálogos culturas e diversidades**, v. 7, n. 2, p. e01-23, 2025. DOI: 10.26694/caedu.v7i2.6786.

FELDMANN, Marina Graziela; MIRANDA, Helga Porto; SANTOS, Cenilza Pereira dos; PEREIRA, Ana Lúcia Nunes. Formação de professores e coordenadores da educação infantil. **Revista e-Curriculum**, v. 20, n. 3, p. 1243-1262, 2022. DOI: 10.23925/1809-3876.2022v20i3p1243-1262.

FELICIO, Paula Gonçalves; AMARANTE, Lucilene; ALVES DA SILVA MOREIRA, Jani; FRANÇA VOLSI, Maria Eunice. Formação Continuada de Professores na Educação Infantil: aspectos históricos e políticos. **Ensino & Pesquisa**, v. 22, n. 3, p. 440-454, 2024. DOI: 10.33871/23594381.2024.22.3.9803.

FLÔRES, Vanessa Medianeira da Silva; COUTINHO, Angela Maria Scalabrin. Formação continuada de professoras de educação infantil em Curitiba: uma análise sobre as semanas de estudos pedagógicos da rede municipal no período de 2012 a 2022. **Colloquium Humanarum**, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2024. DOI: 10.5747/ch.2024.v20.h594.

GERALDO, Andreia Roncaglio; RAUSCH, Rita Buzzi. Implicações da formação continuada em serviço promovida pela coordenação pedagógica à qualificação da prática docente na Educação Infantil. **Dialogia**, n. 43, p. 1-18, 2023. DOI: 10.5585/43.2023.23880.

LIRA, Rejane Maria de Araújo; DIAS, Adelaide Alves. Formação e profissionalização de professores(as) da educação infantil. **Debates em Educação**, v. 14, p. 332-352, 2022. DOI: 10.28998/2175-6600.2022v14nespp332-352.

NUNES, Lenise Maraschin; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. A importância das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil para o trabalho pedagógico. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 5, n. 9, 2020. DOI: 10.13037/rea-e.vol5n9.6249.

NOGUEIRA, Adrinelly Lemes; BORGES, Maria Célia. A BNCC da educação infantil: implicações na formação continuada de professores. **Olhar de Professor**, v. 26, 2023. DOI: 10.5212/olharprofr.v.26.20389.016.

OLIVEIRA, Lucilene Simone Felipe; RAUSCH, Rita Buzzi. Princípios orientadores da prática docente e da formação continuada de profissionais da educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, p. 1-22, 2024. DOI: 10.18764/2178-2229v31n1.2024.6.

PERSICHETO, Aline Juliana Oja; PEREZ, Marcia Cristina Argenti. Aprendizagem na infância diálogos entre os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum

Curricular. **Muiraquitã - Revista de Letras e Humanidades**, v. 8, n. 1, p. 96-111, 2020. DOI: 10.29327/210932.8.1-4.

PIOVESAN, Juliane Claudia; BERNARDI, Lucí dos Santos. A formação continuada dos professores e o contexto político nacional da educação infantil. **Revista de Ciências Humanas**, v. 22, n. 3, p. 170-192, 2022. DOI: 10.31512/19819250.2021.22.03.170-192.

RIEGER, Driele Andressa dos Santos; MANOSSO, Simone Regina Cartaxo. Formação Continuada de Professoras da Educação Infantil. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 4, p. 50-68, 2023. DOI: 10.55028/revens.v4iesp..19767.

SAITO, Heloisa Toshie Irie; LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; PINAZZA, Mônica Appezzato; SANDINI, Sabrina Plá. Apresentação do dossiê formação de professores para a educação infantil: vicissitudes das políticas e realidades contemporâneas. **Colloquium Humanarum**, v. 21, n. 1, p. 1-5, 2025. DOI: 10.5747/ch.2024.v21.h624.

SANTOS, Joedson Brito dos; VIEIRA, Emilia Peixoto; SILVA, Tarcia Regina. Políticas curriculares BNCC e BNC - formação no contexto da educação infantil. **Debates em Educação**, v. 14, p. 86-108, 2022. DOI: 10.28998/2175-6600.2022v14nespp86-108.

SILVA, Jorgiene da Silva e; DUTRA, Rosyane de Moraes Martins. Políticas e práticas de formação de professores da educação infantil no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. **Revista Educare (Online)**, v. 12, p. 1-20, 2025. DOI: 10.22478/ufpb.2527-1083.2025v12.69893.

TOZETTO, Susana; DOMINGUES, Thaianne de Gois. A formação de professores da educação profissional e tecnológica nas Diretrizes Curriculares publicadas pelo Conselho Nacional de Educação (2012 - 2018). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 1, p. 172-188, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15i1.12151.

VERCELLI, Ligia De Carvalho Abões; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima. Educação Infantil: políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores. **Dialogia**, n. 43, p. e24371, 2023. DOI: 10.5585/43.2023.24371.

ZOTTIS, Bruna Moreira Lara; TEIXEIRA DE MELLO, Débora. Políticas públicas e a formação continuada de professores/as da Educação Infantil no município de Santa Maria/RS: conquistas e impasses. **Educ. Form.**, v. 10, p. e14657, 2025. DOI: 10.25053/redufor.v10.e14657.